

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
CASTELO DE PAIVA, REALIZADA
NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DE
DOIS MIL E DEZ. *****

____ Aos trinta dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de José Manuel Lopes de Almeida, Presidente da Assembleia, secretariada por João Fernando Barbosa Dias e Ilda Maria Cardoso Valente, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pela funcionalidade da Câmara Municipal Cristina Maria Almeida Silveira Matos. ***

____ **ORDEM DE TRABALHOS:** ***

____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** ***

____ 1. – ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. ***

____ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** ***

____ 1 - INFORMAÇÃO SOBRE ACTIVIDADE MUNICIPAL; ***

____ 2 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS. FIXAÇÃO DE TAXAS A LIQUIDAR NO PRÓXIMO ANO DE 2011 SOBRE OS PRÉDIOS URBANOS. ***

____ 3. – SANEAMENTO FINANCEIRO MUNICIPAL AO ABRIGO DO ARTIGO 40º. DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS. ***

____ 4. – REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS ***

____ 5. – DOMÍNIO PÚBLICO. DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO. TROÇO INICIAL DO ANTIGO CAMINHO PÚBLICO DE ACESSO AO LUGAR DE COVAS – S. MARTINHO DE SARDOURA. ***

____ **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

____ Presentes os membros: Abel Duarte Barbosa; Alfredo Trindade da Rocha; António Costa e Cunha; António Filipe Moura Fernandes; António Gouveia Coelho, Artur José Freitas de Sousa; Carlos Alberto Carmo Teixeira; Daniel António Correia Mendes Rocha; Gina Maria Moreira, Giselda Martins Sousa Neves; João Pedro Nogueira Costa

Campos; Joaquim Luís Vieira Martins; Jorge Humberto Castro Rocha Quintas; José António Santos Vilela; José Vieira Gonçalves; José Vieira Pinto; Luís Filipe Cardoso Valente; Manuel António Rocha Pereira; Manuel Duarte Mendes; Martinho Moreira Bernardes, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro; Maria da Graça Soares de Sousa; Cátia Cristina Rodrigues Gomes, João Vitorino Martins Almeida Moreira e Manuel da Silva Moreira.***

____ Presentes da Câmara Municipal, o Presidente da Câmara, Dr. Gonçalo Rocha, Vice-Presidente Senhor António Rodrigues, e Vereadores Senhor José Manuel Carvalho, Rui César Castro e Vanessa Rodrigues.***

____ Pediram a Suspensão de mandato os Membros: José António da Silva Rocha, Alfredo José Fernandes Gonçalves e Sérgio Fernando Ribeiro Gouveia. ***

____ Presentes os seguintes requerimentos dos membros: ***

____ José António Silva Rocha no qual solicitou a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais pelo período de 30 dias. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto João Vitorino Martins de Almeida Moreira. ***

____ Alfredo José Fernandes Gonçalves no qual solicitou a suspensão do seu mandato, por motivo ético-profissional por um período de 180 dias. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Cátia Cristina Rodrigues Gomes; ***

____ Sérgio Fernando Pinto Ribeiro Gouveia no qual solicitou a suspensão do seu mandato, por motivo ético-profissional por um período de 60 dias. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Abel Duarte Barbosa; ***

____ José António da Costa Moreira da Rocha no qual solicitou a justificação de falta, por motivos profissionais. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida justificação. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto António da Silva Pinto; ***

____ O Presidente da Mesa leu uma Moção enviada pela Assembleia de Freguesia de Sobrado do seguinte teor: “ Moção – Como é do conhecimento dos Paivenses em geral e dos habitantes de Sobrado em particular o Ministério da Saúde, através da Administração Regional do Norte decidiu encerrar o SAP. Esta decisão da ARS Norte contraria frontalmente a decisão tomada por mútuo acordo em Fevereiro de 2007 entre Ministério da Saúde e o Concelho de Castelo de Paiva representado pela Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleias e Juntas de Freguesia do Concelho. Esse acordo previa que só com a construção do IC35 e da variante à 222 conjuntamente com a disponibilização de uma Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER) permitiria alterar as decisões agora tomadas. Como todos sabemos as condições previstas no acordo realizado em 2007 para alterar o funcionamento do SAP não foram realizadas, pelo que o encerramento do SAP, não respeita os acordos e compromissos acordados em 2007. Por tudo isso, a Assembleia de Freguesia de Sobrado reunida em Assembleia ordinária em 24/09/2010 decidiu por:
1. Repudiar a decisão tomada pela ARSNORTE uma vez que contraria o acordo estabelecido em 2007; 2. Lamentar o comportamento da Câmara Municipal pelo facto de não ter reunido com os Autarcas do Concelho nomeadamente de Freguesia para em conjunto tomarmos uma decisão de força; 3. Lamentar ainda que esta decisão, não tenha permitido ao Concelho beneficiar de contrapartidas. Desta moção deve ser dado conhecimento: a) Ministra da Saúde, b) Secretário de Estado da Saúde; c) Presidente do Concelho de Administração da ARSNorte; d) Directora da ACES Vale do Sousa; e) Coordenador do Centro de Saúde de Castelo de Paiva; f) Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva; g) Presidente da Assembleia Municipal de Castelo de Paiva. Assembleia de Freguesia de Sobrado 24 de Setembro de 2010.”

Continuou a ler a vária correspondência recebida, e salientou que recebeu um exemplar da Auditoria Financeira do Município de Castelo de Paiva, e que enviará um exemplar aos líderes dos Grupos Parlamentares, informou ainda que a acta de 28 de Abril de 2010 era muito extensa e que por esse motivo reuniu com os líderes parlamentares para analisarem a mesma, e chegaram a um acordo. Que as Actas iriam ser resumidas, e quem pretendesse que as intervenções ficassem transcritas nas mesmas deveriam apresentá-las por escrito. Referiu ainda que três a quatro semanas antes da sessão da Assembleia Municipal, serão enviadas aos líderes dos Grupos Parlamentares o projecto das actas para que as possam analisar e rectificar. As gravações das sessões da Assembleia Municipal serão anexas às actas e farão parte integrante delas para todos os efeitos. Todas estas medidas passam a vigorar desde já e têm força de deliberação.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho para referir que não poderiam ter reunido porque não tinham respeitado o Regimento e que não o estavam a cumprir.***

____ Usou da palavra o Dr. João Campos que esclareceu que houve uma má interpretação, e que as actas seriam elaboradas de acordo com o regimento e quanto ao envio referido de 3 a 4 semanas antes era apenas para facilitar trabalho.***

____ O Presidente da Mesa esclareceu que o Ponto 4. da Ordem de Trabalhos era retirado, que apenas se iria discutir os pontos 1., 2. e 5., e que o ponto 3., ficaria para uma próxima reunião que seria a continuação da reunião de hoje. Referiu ainda que tinha um pedido de agendamento de um ponto, que era subscrito por oito Presidentes de Junta de Freguesia relativo ao Funcionamento do Centro de Saúde de Castelo de Paiva, e como ninguém se opunha ficaria agendado para a segunda reunião desta sessão como ponto 6. FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE DE CASTELO DE PAIVA.***

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ***

____ Usou da palavra o membro Senhor João Vitorino, para dar os parabéns à organização do Croka's Rock em Oliveira do Arda. Referiu-se à demora de cerca de três semanas, da reparação da conduta de água na Avenida do Cruzeiro em Oliveira do Arda. Questionou quando é que

era reparada a lomba na Avenida Jean Tyssen em frente ao Centro de Saúde. Questionou também se havia prazo para conclusão do alargamento e pavimentação da estrada de Oliveira do Arda a Serradelo. Questionou ainda quanto à localização da Piscina Municipal e se a Câmara tencionava transferi-la da Póvoa para a Freguesia de Raiva.

____ Usou da palavra o membro Dr^a. Fátima Strecht para felicitar a Câmara Municipal pela organização da Feira do Vinho Verde, assim como da concentração de auto caravanas durante o evento. Felicitou também a organização do passeio anual de idosos e reformados a Santiago de Compostela, extensivo a todas as entidades envolvidas.

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real para chamar a atenção da Mesa da Assembleia sobre o envio da documentação aos membros que não estava a ser cumprido com o estipulado no Regimento. Referiu também que já tinha obtido resposta ao requerimento sobre os caminhos candidatados, deu os parabéns pelos três caminhos da freguesia de Raiva e um da freguesia de Paraíso que tinham sido candidatados, mas que gostava de saber se havia resposta positiva sobre esta questão, e solicitou que a Câmara não se esquecesse que na freguesia de Real também tinham caminhos que poderiam ser candidatados. Felicitou e agradeceu ao Senhor Vice-Presidente pela colocação de ecopontos e molok's na área da Freguesia de Real. Quanto à questão do saneamento do Vale da Mota informou que está a escorrer pela estrada nacional 224 e que o cheiro é insuportável, questionou se haveria alguma solução, e se haveria possibilidade de imediato a cisterna esvaziar as fossas. Quanto à Feira do gado, lamentou que o Senhor Presidente não estivesse presente nem se tivesse feito representar e que apenas tivesse aparecido na hora do almoço, e lamentou também o apoio da Câmara Municipal na organização daquele evento. Aproveitou para convidar todos os presentes para o evento que vai ser realizado, que era a Prova de BTT – Bicicleta todo o terreno que será organizado pelo Clube de Mozinho em colaboração com a Junta de Freguesia de Real, no dia 7 de Novembro, com um circuito de 60 Km todo o terreno. ***

____ O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que sobre o envio da correspondência para os membros, tinha a preocupação de enviar a

convocatória dentro do prazo. Quanto aos documentos só os poderia enviar conforme fossem chegando.***

____ Usou da palavra o Membro Prof^a. Giselda Neves que solicitou ao Senhor Presidente que informasse o que se tinha passado aqui no Concelho quanto ao encerramento de escolas, e salientou também que não se poderiam esquecer da Carta Educativa.***

____ Usou da palavra o Dr. Rocha Pereira para referir que estava de acordo com as preocupações apresentadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Real. Quanto à questão da saúde em Castelo de Paiva, soube que iria ser criada uma Comissão de Saúde e solicitou que o informasse qual seria o objectivo e quem a iria integrar. Referiu-se também à nomeação do pessoal do gabinete do Senhor Presidente da Câmara e questionou quando é que o mesmo tinha iniciado funções e se estava o staf completo. Questionou por último sobre a distribuição dos bens do banco alimentar doados à Rede Social e que posteriormente foram cedidas à Santa Casa da Misericórdia, disse ainda que gostaria de ser informado quem teria dado autorização para tal cedência, ou se teria sido a Santa Casa da Misericórdia ou se pelo contrário alguém teria dado ordem para que fossem entregues tais bens.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. João Campos para referir que ele e a sua bancada estariam disponíveis para discutir o estado da saúde em Castelo de Paiva. Quanto à contratação de pessoal para o Gabinete do Senhor Presidente, disse que era uma situação que estava prevista na Lei e tratava-se de uma questão de responsabilidade e confiança. Que era uma escolha do Senhor Presidente e não haveria mais dúvidas quanto a este assunto. Solicitou ao Senhor Presidente que lhe explicasse detalhadamente o projecto do Plano de Pormenor de Boure. Questionou ainda sobre as transferências para as Juntas de Freguesia se já tinham regularizado as referidas transferências. Por fim solicitou que fossem entregues atempadamente os documentos para que possam ser discutidos convenientemente.***

____ Usou da palavra o Membro Prof. Daniel Rocha para questionar sobre o estado em que se encontram as empresas no Concelho, e se tinham reunido com as mesmas, se previam mais encerramentos ou se pelo contrário, previam a colocação de novas empresas, e o que estavam

a fazer para remediar a situação daquelas. Questionou também sobre a Comissão de Saúde, se tinha sido constituída e em que moldes estaria a trabalhar. Por último questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a nomeação do Secretário para o seu gabinete, e solicitou que esclarecesse porque razão ficou dois meses sem trabalhar e a receber.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho para se referir ao incumprimento do Regimento relativamente às questões das actas. Deu os parabéns à mesa pelo empenho na entrega dos documentos aos membros, e que era a primeira vez que acontecia porque durante doze anos nunca foram entregues.***

____ Usou da palavra o Presidente da Mesa para esclarecer que não poderia ficar com o ónus da questão da entrega dos documentos, e que apenas tinha falado no assunto porque lhe perguntaram sobre a entrega dos documentos, e que quanto à questão do Regimento e das actas, era o que tinha sido acordado com os Grupos Municipais e constava do artigo 54 do Regimento.***

____ Usou da palavra o Dr. Gouveia Coelho, para apresentar um protesto sobre a Mesa, porque esta tinha de ser isenta e não poderia comentar as intervenções que eram feitas pelos membros.***

____ O Presidente da Mesa interveio novamente para esclarecer que não tinha feito nenhuma intervenção, mas sim esclarecido a Assembleia.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas e começou por pedir desculpas pelo atraso na entrega dos documentos quer do Estudo Financeiro quer no que se refere à taxa do IMI. Referiu-se ao relatório do IGF que retratava as questões importantes até final de 2009, assim como das consequências e penalizações na ordem dos 148 mil euros, assim como a possibilidade de a breve prazo haver mais penalizações, e que este ano já tiveram uma redução de 4% nas transferências do Estado. Respondeu à questão da saúde, e disse estar tranquilo com o trabalho que tinha feito, porque tinha um compromisso assumido e foi defraudado. Lamentou profundamente mas que a responsabilidade era do Ministério da Saúde. Estava a acompanhar a situação do Serviço de Assistência Permanente de Castelo de Paiva, e que na próxima semana iria discutir o funcionamento do Centro de Saúde, e que na reunião da Câmara

Municipal foi discutida a criação da Comissão de Acompanhamento de Saúde. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor João Vitorino, referente à segunda edição do Croka's Rock, agradeceu e referiu que tinha sido um sucesso e que mobilizou muita gente, quanto à reparação da conduta de água no Cruzeiro em Oliveira do Arda, o atraso verificou-se num período de férias o que complicou muito a organização do trabalho. Relativamente à obra da Av. Jean Tyssen, e apesar de ter sido feita há pouco tempo e já apresentava algumas deficiências, mas já tinham transmitido ao empreiteiro uma reclamação sobre aquela via. Relativamente ao alargamento e pavimentação a Serradelo, era uma via importante, mas quando tivesse condições financeiras avançariam com as obras. Quanto à questão da localização da piscina municipal na Póvoa ou em Oliveira do Arda disse que de momento não haveria disponibilidade para avançar com este projecto. Relativamente à rede de Escolas, que todas precisavam de obras e a precisar continuamente, porque os equipamentos estavam degradados. Relativamente às questões colocadas pela Dr^a. Fátima Strecht, e no que se referia à Feira do Vinho Verde referiu que era uma iniciativa importante e que manteve o mesmo nível das anteriores e que a iluminação deu um aspecto diferente. Quanto ao passeio anual de idosos, apesar de bastante dispendioso, era muito importante e este ano a ida a Santiago de Compostela correu muito bem. Agradeceu ao Senhor João Dias que esteve presente em representação da Assembleia Municipal, aos Bombeiros e aos Presidentes de Junta de Freguesia. Relativamente aos caminhos rurais referiu que gostaria de ter tido mais candidaturas, mas que era difícil obtê-las junto do Ministério da Agricultura, e no que referia à escolha das freguesias, era apenas porque no passado tiveram menos caminhos candidatados. Quanto à colocação de contentores do lixo, ecopontos e molok's estavam a melhorar muito o aspecto envolvente e era uma boa aposta. Quanto à Feira do Gado referiu que tinha havido um equívoco da sua parte quanto ao convite, mas mesmo a uma hora tardia fez questão de estar presente. Quanto ao encerramento das empresas no concelho, é preocupante, Que logo no inicio do mandato tentaram ajudar as cerca de duzentas pessoas que foram para o desemprego, e que havia outras empresas interessadas em instalarem-se no Concelho. Relativamente à

questão colocada pela Dr^a. Giselda quanto às escolas e rede escolar era uma necessidade definir o se queria e o que se iria fazer em Castelo de Paiva. Quanto às questões do Dr. Rocha Pereira referiu que a avaliação do Secretário era uma escolha pessoal e da sua inteira confiança. Que quanto ao Senhor Manuel Moreira, a decisão tinha sido pessoal, que era um funcionário extraordinário, de uma competência acima da média. Que durante os meses de Junho a Agosto esteve a fazer trabalho e a estudar dossiers para se inteirar do trabalho da Câmara Municipal. Relativamente à questão do Banco Alimentar muitos produtos estavam a terminar o prazo de validade, e que se teve de agir rapidamente com a distribuição dos produtos, e se houve algum erro seria corrigido. Quanto à intervenção do Dr. João Campos referente ao Plano de Pormenor de Boure, referiu que era um objectivo de qualificação do ordenamento do território que está agregado à SONAE, e será um projecto que vai dinamizar o Concelho na área de Turismo. Quanto às transferências para as Juntas de Freguesia referiu que o que estava protocolado relativo à limpeza e manutenção de vias municipais e conservação, manutenção e aquecimento dos edifícios escolares, no montante aproximado de 58 mil euros, já tinha sido tudo pago na totalidade, e que este ano já tinham definido um valor na ordem dos 89mil euros, e já tinham pago 33 mil euros de forma igualitária a todas as Juntas de Freguesia. Quanto à intervenção do Prof. Daniel e sobre o desemprego, lamentou não ter espaço para a instalação de empresas de calçado, porque havia muita procura e era uma forma de criar postos de trabalho.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira para referir que tinha colocado questões concretas sobre a distribuição dos produtos do banco alimentar, e que o Senhor Presidente da Câmara não tinha respondido nem esclarecido nenhuma das questões.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder à questão colocada. Referiu que era um assunto importante e que o Senhor Vereador deu instruções para de imediato se resolver a situação. Que a informação que lhes tinha sido transmitida era que os produtos alimentares estavam no fim da validade, e que por tal facto a Comissão entregou os produtos à Instituição já referida, e que tinha sido a forma para que os produtos não se estragassem.***

____ Usou da palavra o Membro Senhor Prof. Daniel Rocha, para solicitar ao Senhor Presidente que respondesse às questões que lhe tinham sido colocadas. Questionou o Senhor Presidente sobre se era verdade ou não, a informação que vinha na comunicação social referente à empregabilidade no Concelho.***

____ Usou da palavra o Presidente da Junta e Freguesia de Real, para referir que quanto ao saneamento do Vale da Mota nada tinha sido dito. Que quanto ao valor mencionado referente aos caminhos rurais candidatados, tinham sido financiados a cem por cento e portanto para os cofres do Município o custo tinha sido zero. Referiu-se ainda aos géneros alimentícios, e que era de opinião que se deveria esclarecer sobre esta questão porque estávamos a falar de donativos e da solidariedade das pessoas.***

____ Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, relativamente aos alimentos do banco alimentar, afirmou que a pior coisa que podia acontecer era que as pessoas que contribuíram, soubessem que os alimentos tinham ultrapassado o prazo de validade por não terem sido entregues atempadamente. Relativamente à questão do saneamento do Vale da Mota que havia disponibilidade para ceder a cisterna para que se pudesse resolver o problema. Quanto à questão colocada pelo Prof. Daniel, que era um facto que havia empresas que encerraram e por conseguinte havia postos de trabalho que deixaram de existir, mas que o Executivo continuava a trabalhar para minimizar este problema num curto espaço de tempo. Apostavam no investimento numa área de 20 hectares junto à Cruz da Carreira, assim como nas acessibilidades para o Concelho.***

____ PERÍODO DA ORDEM DO DIA***

____ 2.ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. E APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO. ***

____ Presente o ofício nº. 6116 de 28-09-2010, do Presidente da Câmara, contendo a informação da actividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 20 de

Setembro de 2010, acompanhada da relação de dívidas a empreiteiros e fornecedores que é nessa data de 3.314.832,08 (três milhões trezentos e catorze mil oitocentos e trinta e dois cêntimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 17/09/2010, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 1.772.685,33 (um milhão setecentos e setenta e dois mil seiscentos e oitenta e cinco euros e trinta e três cêntimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta acta.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornos para questionar sobre os processos de expropriação nas margens do rio na freguesia, e em que base teria sido feita a reunião com a EDP e se haveria algum projecto para a zona. Questionou também sobre a reunião na ARH referente à candidatura do IPTM sobre o Cais do Castelo e em que fase estaria o processo. E por fim lamentou o facto da Câmara ter feito a abertura do ano escolar na Escola da Cêpa e não tivesse convidado a Junta de Freguesia para estar presente.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho, que se referiu novamente ao incumprimento do Regimento quanto ao acesso on line e ao recebimento de documentos. Disse também que não se iria referir à actividade da Câmara Municipal porque não constava nenhuma deliberação na informação apresentada. Que quanto às admissões de pessoal para os gabinetes do Executivo o grau de parentesco não era relevante e que o que interessava seriam as competências e se justificariam o investimento.***

____ Usou da palavra o Membro Prof. Daniel Rocha para questionar sobre a reunião com a DREN, que iriam iniciar contactos referente à rede escolar, e que gostaria de saber se já se iniciaram esses contactos. Questionou ainda, em que é que consistiu as duas reuniões havidas, uma com o Grupo de Trabalho Multidisciplinar e outra com o Grupo de Trabalho de Gestão Financeira.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura, para questionar sobre a conclusão dos trabalhos da colocação do ramal no Lugar de Fontela.***

____ A Pedido de um Membro da Bancada do PSD, usou da palavra o Vereador Dr. Rui César Castro para responder às questões colocadas

pelo Dr. Gouveia Coelho referente à admissão do secretário do Senhor Presidente e referiu-se ao pagamento do salário para este ir de férias, e que ainda ninguém tinha respondido a esta questão, e que o que se constava era que por causa desta nomeação política o Assessor teria batido com a porta. Referiu ainda que no site da Câmara Municipal constavam todas as deliberações, intervenções e as actas das reuniões de Câmara e que bastaria consultar para que ficasse devidamente informado. ***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho para responder às questões do Senhor Vereador Dr. Rui César, dizendo-lhe que ele tinha invertido os papeis e que tanto ele como a Câmara estavam na Assembleia Municipal para serem questionados e não para questionar os Membros da Assembleia Municipal.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. Relativamente à reunião com a EDP no sentido de disponibilizar os terrenos que foram expropriados na zona do Castelo e também de Pedorido para que nos fosse possível algum tipo de projecto ou intervenção naquelas zonas. Quanto ao IPTM e sobre a candidatura da requalificação do Cais do Castelo foi submetida, e já tinha informação da sua concretização. Relativamente à abertura do ano escolar, pediu desculpas pelo lapso de não ter convidado o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, mas naquele dia a sua agenda estava muito complicada. Referiu também que a reunião com a DREN foi para se preparar o ano lectivo em curso e a manutenção das escolas do 1º Ciclo. Quanto às reuniões multidisciplinares, referiu que era uma prática da Câmara Municipal, e que os resultados eram extraordinários porque colocavam pessoas de vários sectores a trabalhar em equipa com um objectivo comum. Quanto às reuniões de gestão financeira, era para se elaborar um plano de pagamentos mensais, e já tinham resultados positivos. Relativamente à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura informou que o ramal da Fontela foi colocado no caminho que liga aos depósitos de água junto da variante.***

____ 2 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS. FIXAÇÃO DE TAXAS A LIQUIDAR NO PRÓXIMO ANO DE 2011 SOBRE OS PRÉDIOS URBANOS. ***

____ Presente uma proposta da Câmara Municipal sobre a fixação da Imposto Municipal sobre Imóveis para o Ano de 2011, que se transcreve na íntegra: “*PROPOSTA - Fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis para o Ano 2011 - O Decreto-Lei n.º 28712003, de 12 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, procedeu à reforma da tributação do património, aprovando o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e o Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT) e procedendo a alterações de diversa legislação tributária conexa com a mesma reforma. Nos termos do n.º 5 do artigo 112.º, do CIMI, "Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1, podendo esta ser fixada por freguesia", isto é, respectivamente fixam a taxa do imposto municipal sobre prédios urbanos e sobre os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI. Exige o n.º 13 daquele mesmo artigo que a deliberação referida deve ser comunicada à Direcção-Geral dos Impostos, por transmissão electrónica de dados, até ao dia 30 de Novembro, para vigorar no ano seguinte.*A grave situação financeira que o Município atravessa, visível pela superação dos limites de endividamento previstos pela lei das finanças locais e pelo enorme montante da dívida, sujeita-nos à criação de receitas para garantir e suportar os compromissos financeiros que foram assumidos; A importância desta fonte de receita para o Município é significativa, a que acresce ainda o facto da receita proveniente do IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas) ter sofrido uma quebra nestes dois últimos anos, face aos períodos anteriores. Uma correcção ao valor das taxas do IMI nos próximos anos apresenta-se como um recurso ou contribuição para que a Autarquia enfrente a difícil situação financeira com que se debate, e possa ocorrer a situações que se manifestem de resolução premente em benefício da população e do concelho. Contudo, a situação de grave debilidade social e a elevadíssima taxa de desemprego no nosso concelho condiciona essa

intenção de correcção das taxas de IMI. No entanto, a existência, sobretudo nos principais centros urbanos, de prédios urbanos devolutos há mais de um ano ou em contínua e acentuada degradação física, contraria a preocupação de dar melhores condições de imagem urbana e de segurança dos cidadãos seus atentes, pelo que, na falta de iniciativa dos proprietários, se mostra necessário recorrer a meios que contrariem essa tendência, infelizmente recorrente. Nesse sentido, impõe-se que sejam aplicadas nos anos próximos as prorrogativas previstas no CIMI, nomeadamente nos nºs 3 e 8 do seu artigo 112.º, respectivamente a elevação para o dobro e a majoração até 30% das taxas fixadas nos termos atrás referidos - situações a merecer previa avaliação e levantamento pelos Serviços Municipais.

1 - Em cumprimento do disposto no n.º 5, do artigo 112.º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2011, em:

- a) 0,2% para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI);*
- b) 0,4% para os prédios urbanos ainda não avaliados pelas regras do IMI.*

2 - Como impõe o n.º 3 do referido artigo 112.º, sejam elevadas para o dobro as taxas do IMI fixadas nos termos atrás referidos, para os prédios urbanos devolutos há mais de um ano, mediante prévio levantamento efectuado pelos Serviços Municipais, considerando-se devolutos os prédios como tal definidos em diploma próprio.

3 - De acordo com a norma legal citada no ponto anterior, sejam elevadas para o triplo as taxas do IMI fixadas nos termos atrás referidos, para os prédios urbanos em ruínas, mediante prévio levantamento realizado pelos Serviços Municipais, considerando-se em ruínas os prédios como tal definidos em diploma próprio.

4 - Como prevê o n.º 8 do artigo 112.º do CLMI, sejam a majoradas em 30% as taxas fixadas nos termos atrás referidos, para os prédios urbanos degradados, mediante prévio levantamento realizado pelos Serviços Municipais, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.

5 - A submissão da presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal, em ordem ao preceituado na alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das

*Competências e Funcionamento dos órgãos dos Municípios e das Freguesias, aprovado pela Lei n.º 169199, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. 6 - Que a deliberação da Assembleia Municipal sobre a fixação do valor das taxas do IMI, seja comunicada à Direcção-Geral dos Impostos, cumprindo-se os prazos e os termos do disposto no artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). 7 - Que se determine às unidades orgânicas do Municip.io, com competências áreas referidas nesta proposta, a adopção dos procedimentos indispensáveis à execução cabal da deliberação que vier a recair sobre a presente proposta, sem prejuízo do imediato levantamento das situações aqui elencadas, e sua permanente actualização, no âmbito das suas atribuições.”****

— Usou da palavra o Senhor Vereador José Manuel Carvalho para esclarecer que era uma proposta que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara Municipal e que fixou a taxa mínima do IMI, que tinham tido em conta a situação socioeconómica do concelho.***

— Usou da palavra o Membro Dr. João Campos que se congratulou com a posição da Câmara Municipal pela fixação da taxa mínima do IMI. Relativamente aos prédios devolutos achava que era uma medida pedagógica e que por isso subscrevia aquela proposta.***

— Usou da palavra o Membro Prof. Daniel Rocha referiu que a bancada do PSD também subscrevia a proposta, e questionou ainda qual o planeamento das taxas nos anos futuros.***

— Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira que referiu que o critério adoptado na proposta não consagra todos os mínimos legais. Questionou porque razão é que aos prédios urbanos degradados foi adoptado o valor máximo de trinta por cento.***

— Usou da palavra o Senhor Vereador José Manuel Carvalho para esclarecer as questões colocadas pelo Membro Prof. Daniel relativamente ao Plano de Saneamento a definição das taxas de IMI serão novas, mas apenas no que se refere aos prédios devolutos há mais de um ano, em ruínas ou degradados. Quanto à questão do Dr. Rocha Pereira, referiu que os critérios adoptados para a majoração máxima, a intenção era pedagógica para os proprietários dos prédios devolutos ou degradados para que estes os requalificassem.***

____ Posta a proposta à votação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor do PS e do PSD e uma abstenção do CDS, aprovar a fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2011 conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal.***

____ O Senhor Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos pelas 00 horas e 20 minutos e referiu que os mesmos seriam retomados em data a anunciar. ***

ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO
REALIZADA NO DIA TREZE DE
OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZ DA
SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
CASTELO DE PAIVA, INICIADA NO
DIA TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS
MIL E DEZ***

____ Aos treze dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dez, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de José Manuel Lopes de Almeida, Presidente da Assembleia, secretariada por João Fernando Barbosa Dias e Ilda Maria Cardoso Valente, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pela funcionária da Câmara Municipal Cristina Maria Almeida Silveira Matos. ***

____ CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS AGENDADOS: ***

____ 3. – SANEAMENTO FINANCEIRO MUNICIPAL AO ABRIGO DO ARTIGO 40º. DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS. ***

____ AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA O SANEAMENTO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA NO MONTANTE DE NOVE MILHÕES E SEISCENTOS MIL EUROS.***

____ 4. – REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS (Retirado este Ponto).***

____ 5. – DOMÍNIO PÚBLICO. DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO. TROÇO INICIAL DO ANTIGO CAMINHO PÚBLICO DE ACESSO AO LUGAR DE COVAS – S. MARTINHO DE SARDOURA. ***

____ 6. – FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE DE CASTELO DE PAIVA. (Retirado este ponto)***

____ Pediu a suspensão de mandato o Membro Dr. António Pedro Maldonado Martins Carvalho por motivos profissionais.***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Manuel da Silva Moreira. ***

____ Verificou-se a presença do Membro José Antonio da Costa Moreira da Rocha.***

____ O Presidente da Mesa apresentou um voto de congratulação e felicitações pela forma como decorreram as acções de salvamento dos Mineiros de Santa Fé no Chile, e que este mesmo voto seria comunicado à Embaixada do Chile em Portugal. Posto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.***

____ 3. – SANEAMENTO FINANCEIRO MUNICIPAL AO ABRIGO DO ARTIGO 40º. DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS.***

____ A Câmara Municipal de acordo com o preceituado no artigo 40º. da Lei n. 2/2007, de 15 de Janeiro que aprova a Lei das Finanças Locais, apresenta Estudo e Plano do Saneamento Financeiro, para efeitos de aprovação, nos termos do nº 3 do referido artigo 40.º da citada Lei, que foi presente e aprovado em reunião ordinária realizada em 27 de Setembro de 2010.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para apresentar o documento. Referiu que estávamos perante um documento efectuado por uma empresa e que o técnico responsável pela sua elaboração estaria disponível para dar todos os esclarecimentos técnicos necessários que lhe quisessem colocar. Que este plano resultava do esforço que a Câmara Municipal tinha de fazer face ao pagamento da dívida aos seus fornecedores e relativamente ao PREDE e sobretudo no que dizia respeito ao encargo com o BCP. Que este plano tinha como único

objectivo liquidar uma parte da dívida, e senão fosse aprovado a Câmara Municipal em termos financeiros entraria em colapso financeiro. Apelou a todos que deveriam ter consciência de responsabilidade pela situação financeira da Câmara Municipal e senão a resolvessem iriam ter um impacto negativo na vida do Concelho, e que apresentava aquele plano porque era crucial para poderem trabalhar pelos paivenses.***

— Usou da palavra o Técnico Responsável Dr. Fonseca Ribeiro, que efectuou o Plano de Saneamento Financeiro, que referiu que já tinha feito muitos trabalhos deste género e todos com sucesso. Que quando analisou as contas do Município viu que havia um estrangulamento causado por uma dívida com uma prestação anual de um milhão e meio de euros mais os juros, e que era impossível esta Câmara pagá-los por não ter meios para o fazer. Que a solução seria reestruturar a dívida pelo que foram consultadas as Instituições de crédito. Como os bancos também já não tinham dinheiro, só em associação é que emprestavam, ou seja, o BCP emprestava metade e na condição de ser pago primeiro o PREDE, e a Caixa Geral de Depósitos não impôs condições e emprestará a outra metade. Como o PREDE tinha as suas condições, e como tinha de ser pago entre 15% a 25% de redução do prazo médio de pagamento anual, ou se resolia agora o problema do saneamento financeiro ou seria difícil cumprir o PREDE que estava contratualizado. Que o dinheiro do empréstimo era para pagar a dívida existente e não para investimentos. Que os investimentos que poderão realizar-se dependerão das medidas que se tomarem. Que em relação aos juros seria favorável fazerem esta operação de saneamento financeiro porque senão o fizerem o PREDE obrigará a pagar ao BCP 6% de juros de mora e à Direcção Geral do Tesouro senão cumprir o prazo médio de pagamento serão mais 2% de juros.***

— Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira, referiu que o documento se referia a uma dívida conjuntural e por isso questionou o Senhor Presidente da Câmara quanto ao que tinha sido dito quando era Vereador que dizia que a dívida era estrutural e que agora tinha um entendimento diferente. Referiu ainda que está omisso neste trabalho as razões porque se chegou a este ponto, por causa das obras e expropriações efectuadas, do Auditório Municipal, a Piscina de

Aprendizagem Coberta, a Zona Industrial de Lavagueiras, Escola EB2/3 do Couto Mineiro do Pejão, Pavilhão de Portela, Biblioteca Municipal, Pavilhão da Cruz da Carreira, Novo Espaço da Feira, obras no edifício da Câmara Municipal, aquisição do espaço do Hospital de Oliveira do Arda à Carbonífera do Douro, aquisição da Quinta da Devesa em Sardoura, Loteamento das Meirinhas, Póvoa 3 e 2, Zona Desportiva de S. Martinho, o Sistema de Saneamento, Zona Industrial de Felgueiras 2^a. Fase, Sintético da Boavista, Recuperação do parque Escolar, Recuperação da EN 222, da Ligação a Carvalho Mau a Serradelo, e que bem ou mal, os anteriores executivos optaram por fazer obra e contraíram dívidas, e que todas estas obras tinham tido aprovação unânime dos executivos. Senão tivessem feito estas obras ainda estaríamos mais atrasados. Referiu que estava omisso também, no mapa que se referia ao empréstimo, em que faltava indicar a duração dos respectivos empréstimos, juros e capital a liquidar e a sua periodicidade. Referiu ainda que neste documento constava a falta de apoio da Administração Central durante anos a este Concelho que o conduziu ao isolamento e à desertificação e que a população na sua maioria apresenta níveis de habilitação e de qualificação limitados, e que a taxa de desemprego se situa em 20% mais do dobro a nível nacional, e que na sua opinião estas eram as referências mais preocupantes no documento. Referiu-se também, à Zona Industrial da Cruz da Carreira, e que a aquisição de terreno que ronda os vinte hectares e que a proposta da comissão era de 1.50€/m², mas se este valor duplicar passará para 3.00€/m², o valor total irá para o dobro, e que isso já tinha acontecido no passado inclusive com supostos empresários interessados, e que depois defraudaram as expectativas como foi o caso da Zona Industrial de Carreiros. Questionou o Senhor Presidente, que sabendo não ter maioria na Assembleia Municipal quantas reuniões de trabalho teve com os Vereadores e com os Presidentes de Juntas de Freguesia para fortalecer o documento e chegar a um consenso político. Mas o que tinha feito foi pressionar a oposição.***

_____ Usou da palavra o Membro Dr. João Campos para referir que estava de acordo com algumas ideias do Dr. Rocha Pereira e questionou sobre o PREDE que era um documento contratualizado anteriormente e

senão for cumprido teríamos uma sobretaxa, e em termos de endividamento qual seria a percentagem. Que já tinha sido referido que era a última oportunidade, e como se sabia que era difícil que a Banca emprestasse dinheiro haveria alguma possibilidade que nos fosse emprestado dinheiro num futuro próximo. Questionou ainda sobre o período de carência que era de três anos e era fundamental, segundo opinião do Técnico Dr. Fonseca Ribeiro, e gostaria de saber qual a razão desta posição, e senão cumprimos estas obrigações o que aconteceria aos fornecedores. Quem se responsabilizaria pela dívida.***

— Usou da palavra o Presidente da Mesa para referir que concordava também com o Dr. Rocha Pereira, e deu os parabéns à empresa e ao seu técnico que elaboraram tecnicamente e muito bem o documento. Referiu ainda que aquele documento vinha provar finalmente que havia dívida porque havia obra, e questionou se era possível fazer obra sem gerar dívida, e se as fontes de receita do Município com o seu Património Histórico Cultural e Turístico eram suficientes para gerar receitas. Por fim apelou para que o Senhor Presidente da Câmara dialogasse e que se entendesse com os autarcas, que eram as pessoas mais perto das populações, porque havia projectos de investimentos se houvesse poupança na despesa.***

— Usou da palavra o Dr. José António Rocha para questionar o Técnico Dr. Fonseca Ribeiro sobre o encargo actual que era cerca de um milhão e meio de euros anual e gostaria de saber qual a situação posterior, e se neste documento está prevista a venda de Património.***

— Usou da palavra o Membro Prof. Daniel Rocha, para apresentar a seguinte Proposta que se transcreve na íntegra: “*Exige-se a todos nós que pensemos em primeiro lugar no nosso concelho e só depois nos nossos partidos! Repito, Exige-se a todos nós neste momento em particular que pensemos em primeiro lugar no nosso concelho e só depois nos nossos partidos! Os tempos que atravessamos são tempos conturbados ao nível social, económico e financeiro, no concelho, no País e no Mundo. Nestes tempos exige-se uma maior responsabilidade a todos nós! Como se consubstancia essa responsabilidade nos cargos que ocupamos ao nível político? Temos que para nós que para grandes problemas grandes soluções, que normalmente são as mais simples.*

Temos hoje para discutir o plano de saneamento financeiro realizado e proposto segundo as directivas do Executivo Camarário. Todos concordamos que é uma necessidade imperiosa fazer o equilíbrio das contas do concelho. Todos concordamos e este documento refere explicitamente "a origem do endividamento excessivo se ficou a dever aos investimentos estruturantes e a custos de exploração que eram prementes e essenciais ao Município. Sabemos então hoje que a causa deste desequilíbrio financeiro se deve ao investimento efectuado, pelos Executivos anteriores. Com este enquadramento exige-se um grande sentido de responsabilidade de todos, devendo ser criadas as condições necessárias e suficientes para que o equilíbrio financeiro seja uma realidade. Assim, antes de discutir este documento, consideramos que são pontos essenciais para a sua aprovação, a observância dos seguintes pontos: 1 - Audição dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, negociação e inclusão no Plano de Saneamento Financeiro, das obras por eles consideradas fundamentais para o bem estar das populações, tendo em conta os recursos que o saneamento financeiro vai disponibilizar ao longo do mandato; 2 - Rigor técnico nas projecções e evidência clara na poupança de recursos, desde já, potenciação do investimento e cumprimento escrupuloso da lei das finanças locais; 3 - Definição clara e rigorosa dos investimentos a efectuar, com o comprometimento financeiro, temporal e local; Assim, propomos que o Senhor Presidente da Câmara Municipal ouça as necessidades e anseios dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e chegue a acordo sobre o conjunto de obras a realizar por Freguesia, no presente mandato, tendo em conta os meios financeiros que o Plano vai libertar ao longo da sua vigência. Que as obras acordadas passem a constar no capítulo das "Acções a Implementar" - Projectos de investimento, do Plano de Saneamento Financeiro. Apelamos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que proceda o mais rápido possível às negociações com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, para bem do Concelho e dos Paivenses. A audição e a negociação são um valor intrínseco da Democracia e só significa os Autarcas. Que a presente

*proposta seja de imediato discutida e votada. Se a presente proposta merecer aprovação, que seja remetida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, juntamente com o Plano de Saneamento Financeiro a fim deste ser reformulado de acordo com as recomendações aprovadas. Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal.”*****

____ O Senhor Presidente da Mesa colocou a presente proposta à discussão para posterior aprovação.***

____ Foi pedido um ponto de Ordem à Mesa pelo Membro Dr. Gouveia Coelho que referiu que estavam perante um documento que o Regimento mandava discutir com subordinação às regras do Plano de Actividades e Orçamento, e que por tal não seriam admitidas propostas da Assembleia. Seriam apenas admitidas eventuais moções de rejeição fundamentadas ou recomendações. Se a Mesa e a Assembleia recebessem aquela proposta estariam a violar o Regimento e a Lei, e se a aceitassem estariam a praticar uma ilegalidade, e como o acto ilegal era nulo de nada valeria.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. João Campos que referiu que estava de acordo com o que tinha dito o Dr. Gouveia Coelho porque era uma questão regimental.***

____ O Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos por cinco minutos para que os líderes parlamentares se reunissem para resolverem aquela questão.***

____ Retomados os trabalhos o Senhor Presidente da Mesa comunicou que tinham chegado à conclusão que a proposta não poderia ser apresentada de acordo com o Regimento pelo que a mesma ficaria sem efeito.***

____ Usou da palavra o Técnico Responsável pelo Projecto Dr. Fonseca Ribeiro para responder às questões colocadas relativamente aos investimentos que só seria possível se houver disponibilidade e dinheiro. O dinheiro será apenas para o pagamento de dívidas e se o Município entrar em derrapagem provavelmente poderão estar em risco os salários. Que os únicos investimentos que constavam no estudo são do QREN que eram comparticipados e se houver disponibilidade de tesouraria. Referiu ainda senão houver redução do endividamento em 10% o excesso de endividamento líquido por ano e a médio e longo prazo, não estaremos a cumprir e poderá haver penalizações que poderão vir em forma de retenção de verbas. Se alterasse este Plano de Saneamento

estariamos a perder tempo, pois os bancos deram um prazo de apenas trinta dias para o financiamento, que poria em causa o empréstimo, que era a última oportunidade porque a banca não tem dinheiro. Em resposta à questão colocada pelo Senhor Presidente da Mesa, referiu que achava bem que os Municípios tivessem aproveitado a disponibilidade para realizar obras, e que por isso se tinham endividado, mas que agora era a altura de equilibrar as finanças porque estavam a pagar demais.***

— Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho que apelou para que todos votassem a favor deste Saneamento Financeiro, porque se votassem contra ficariam muito piores do que estavam e seria ruinoso para todos a reprovação deste Saneamento. Salientou a boa intervenção do Presidente da Mesa sobre a seriedade do Plano e felicitou a empresa que realizou um excelente trabalho.***

— Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para felicitar o Dr. Fonseca Ribeiro, pelo seu trabalho que tem tido uma taxa de sucesso na ordem dos cem por cento. Disse que estavam a cumprir a legislação que diz que teríamos de esgotar todas as possibilidades para se resolver esta questão e que a única solução era reestruturar a dívida. Referiu que tinham dito que não tinha tido diálogo com as Juntas de Freguesia sobre este assunto, mas que o Executivo estava a ter um tratamento equitativo para todas as Juntas de Freguesia e que a distribuição de verbas protocoladas, tinham sido já transferidas para as mesmas. Quanto aos investimentos já contratualizados pretendiam dar-lhes continuidade, mas só se tivessem condições de os executar. Referiu ainda que se este Plano não fosse aprovado, a Câmara, as Juntas de Freguesia, o Concelho e os Paivenses estariam tramados. Disse que este era o momento da verdade e apelou para a importância deste documento que se destinava ao pagamento da dívida e não para se fazer investimentos.***

— Usou da palavra o Dr. Rocha Pereira que se referiu à intervenção do Dr. Gouveia Coelho, dizendo que já não era a primeira vez que ele se referia à sua pessoa e que a importância do discurso dele, para o seu sentido de voto, era nulo. Referiu ainda que, apesar de não ter nenhuma responsabilidade política na gerência do Município desde 1994, era uma questão que envivia o PSD e o PS e seria lógico e normal que se abstivesse e achava que toda a população o entenderia. Mas decidiu

assumir um sentido de voto favorável tendo em conta a população, as Associações, as Empresas, as Juntas de Freguesia, e a imagem do Município e a sua credibilidade.***

____ Usou da palavra o Dr. João Campos para fazer um apelo para que votassem em consciência e com responsabilidade, porque quem votasse contra o Plano de Saneamento, teria de assumir esse voto e amanhã seriam todos apontados quem não colaborou. E não colaborar era não apoiar um Plano que era do Concelho. E que se quisessem que continuasse a haver concelho e Câmara Municipal teriam que dar o apoio a este Plano.***

____ Usou da palavra o Prof. Daniel Rocha que questionou sobre a taxa de inflação de 1% em todo o prazo do Plano, sabendo quais eram as previsões para os próximos anos. Questionou ainda que se a massa salarial aumentar 1% até ao final do plano, não iria haver nem progressões nem aumentos e poderia haver despedimentos. Por fim solicitou à Mesa um intervalo de cinco minutos antes da votação.***

____ Usou da palavra o Dr. Fonseca Ribeiro para esclarecer que se houver alterações em termos de números às comparticipações dos investimentos teria que se alterar o documento. Que a taxa de inflação de 1% adoptada, tem a ver com os valores presentes desta taxa e do histórico terem sido muito baixos. Naquele momento estava em 1,20% e o próprio PEC já há vários anos que definiu a taxa máxima de 2%. Que o BCE estava a financiar a Europa à taxa de 1% e a Banca estava a beneficiar disso. Por fim referiu que o endividamento se deveu aos demasiados investimentos face à capacidade financeira e legal do Município.***

____ Ausentou-se da sala o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que reuniu com os Presidentes das Juntas de Freguesia e que lhes mencionou a importância da aprovação deste documento.***

____ Usou da palavra o Prof. Daniel que questionou sobre os juros que iriam ser pagos e porque se optou que a dívida começasse a ser paga praticamente a partir de 2015, e que dinheiro é que iria ficar disponibilizado para a Câmara Municipal para investimento. Por fim

referiu que o Plano de Saneamento era necessário, mas que processualmente tinha sido um desastre. ***

— Usou da palavra o Dr. Fonseca Ribeiro para responder que relativamente aos juros e aos investimentos estavam todos explicados no Plano de Saneamento, e lembrou que este ainda iria ser sujeito à aprovação do Tribunal de Contas.***

— Retomados os trabalhos, a Assembleia Municipal estando presentes vinte e nove dos seus trinta membros, nos termos do nº. 3 do artigo 40º. da Lei nº. 2/2007 de 15 de Janeiro que aprovou a lei das Finanças Locais, deliberou, por maioria, com catorze votos a favor (doze do PS, um do CDS e um do PSD) e quinze abstenções (PSD), aprovar o Estudo e o Plano de Saneamento Financeiro proposto pela Câmara Municipal.***

— O Membro Dr. Rocha Pereira apresentou a seguinte declaração de voto que se transcreve na íntegra: “ *Declaração de voto: Considerando: 1 - O nível de endividamento a que o Município de Castelo de Paiva chegou, e que, de acordo com o Relatório nº 96612010, de Junho de 2010, Proc. nº 20091251A31726 da Inspecção Geral de Finanças, a dívida municipal "per capita" , em 2008, era de € 912,00, cfr. pag. 17; 2 - Que se irá regularizar perante as Juntas de Freguesia, " Movimento Associativo Concelhio" e Fornecedores o passivo existente, o que se me afigura de particular relevo face à crise profunda que grassa sobre o Concelho ; 3 - Que o Executivo Municipal considera "absolutamente indispensável" a viabilização do presente Plano de Saneamento Financeiro como forma de evitar o colapso do Município ; 4 - Que o Executivo Municipal se comprometeu a implementar as várias medidas preventivas constantes no dito Plano, cfr. páginas 75 e 76, com vista à racionalização de custos ; 5 - Que o Executivo Municipal dialogará, atempadamento e com equidade, com os Presidentes das Juntas de Freguesia o " Plano de Investimento " a elaborar para o presente mandato, e já a considerar para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 ; 6 - Que, enquanto autarca, me comprometi a colocar os reais interesses do Concelho acima de quaisquer outros, e não obstante o Plano de Saneamento Financeiro apresentado padecer, em alguns aspectos, de reparos fundamentados;*

*Votei favoravelmente o Plano de Saneamento Financeiro em discussão.****

— Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho, referiu que a bancada do Partido Socialista tinha votado favoravelmente o documento porque se tratava de um voto necessário e indispensável, que tinham votado com convicção, assim como pela excelência do documento que permitia pagar as dívidas sem asfixiar a vida da população.***

— Usou da palavra o Membro Prof. Daniel Rocha, para referir que a intenção da bancada do PSD era viabilizar o Plano de Saneamento e que se abstiveram pelo facto de como o processo de realização decorreu. Mas queriam que a Câmara tivesse condições e serenidade para governar para bem dos municípios. Mas alertou que iriam estar atentos ao Plano e Orçamento que aí vinha.***

AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA O SANEAMENTO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA NO MONTANTE DE NOVE MILHÕES E SEISCENTOS MIL EUROS.***

— A Câmara Municipal de acordo com a deliberação tomada em 27.09.2010, solicita à Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do artigo 53º. da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, autorização para contrair um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante de 9.600.000,00 €, para os efeitos do disposto do n.º 6 do artigo 38.º e no n.º 3 do artigo 40.º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, que aprovou a nova lei das Finanças Locais. Presente o estudo elaborado sobre a análise das condições para o empréstimo e analisado o mesmo verificou-se que responderam ao convite formulado, as seguintes instituições de crédito: Caixa Geral de Depósitos, e Millennium BCP.***

— Posto à votação a Assembleia Municipal, estando presentes vinte e nove dos seus trinta membros, nos termos do nº. 7 do artigo 53.º da já referida Lei n.º 169/99 de 18/09, apreciou o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município e as condições praticadas pelas instituições de crédito que responderam ao convite e deliberou por maioria, com catorze votos a favor (doze do PS, um do CDS e um do PSD) e quinze abstenções (PSD), autorizar a Câmara Municipal a

contrair o referido empréstimo, no âmbito da articulação da proposta apresentada em conjunto entre a Caixa Geral de Depósitos e o Millennium BCP.***

____ 4. – REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS. Retirado este Ponto por falta de elementos ***

____ 5. – DOMÍNIO PÚBLICO. DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO. TROÇO INICIAL DO ANTIGO CAMINHO PÚBLICO DE ACESSO AO LUGAR DE COVAS – S. MARTINHO DE SARDOURA.***

____ Presente uma informação da deliberação da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em oito de Outubro de 2008, em que procedeu à afixação de edital convidando a população a pronunciar-se sobre a desafectação do domínio público do Município, para passar ao domínio privado deste, do troço inicial do antigo caminho de acesso ao lugar de Covas, no lugar de Cruz de Agra, freguesia de S. Martinho de Sardoura, que fica a constituir uma parcela de terreno com a área de 356,42m², confrontando do norte e sul com a Silviagri – Sociedade Silvícola e Agrícola, do nascente e poente com a estrada, avaliada em dois mil quarenta e nove euros e vinte céntimos. Foi concedido o prazo de trinta dias, contados da data da afixação do mesmo edital, para os interessados se pronunciarem, querendo, por escrito sobre este procedimento. O edital com data de 4 de Setembro de 2009, foi publicado no Jornal de Notícias nº. 105, em 14 de Setembro de 2009. Não deu entrada qualquer reclamação, decorrido que foi o prazo concedido.***

____ Colocado à votação a presente informação a Assembleia deliberou por unanimidade, aprovar a desafectação da referida parcela de terreno.***

____ 6. – FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE DE CASTELO DE PAIVA. Retirado este ponto, ficando o mesmo agendado para uma próxima sessão da Assembleia Municipal.***

____ O Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada o período da ordem do dia.***

____ PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. ***

____ Não houve intervenções.***

____ O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrado o Período de Intervenção do Público. ***

____ Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, pelas 00.05 horas, dela se lavrando a presente acta que foi aprovada em minuta, por unanimidade, nos termos do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, para efeitos imediatos. ***

_____ E eu Assistente Técnico da
Câmara Municipal de Castelo de Paiva, a redigi e subscrevi. ***

O Presidente, _____

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

3. E. Secretary, _____